



CLIPPING



29 de
Março
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> POLÍCIA JUDICIÁRIA

Os Sindicatos dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará (Sinjetp) e dos Funcionários do Judiciário do Pará (Sindiju) deram início a um movimento para que seja implantada a Polícia Judiciária do Pará a exemplo do que já ocorre em outros Estados brasileiros. A criação dessa força especial foi determinada pelo Conselho Nacional de Justiça em setembro de 2020. No Pará, uma comissão foi criada para encaminhar a questão junto à presidência do Tribunal de Justiça. Os servidores defendem que o status de Polícia Judiciária para 140 agentes de segurança vai permitir atuação estratégica para o grupo, garantindo mais tranquilidade para quem precisa frequentar os prédios da Justiça paraense.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> BENEFÍCIOS SUSPENSÃO

Centenas de servidores aposentados e pensionistas do Estado do Pará tiveram os pagamentos suspensos por falta de recadastramento. Ontem, centenas deles estavam aglomerados em frente ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev), o órgão responsável pela atualização cadastral no regime próprio de previdência do Estado. O procurador de Justiça Cível Waldir Macieira, do Ministério Público do Pará (MPPA), disse à coluna que o recadastramento estava suspenso pelo decreto da pandemia até dezembro do ano passado.

RECOMENDAÇÃO

Segundo o procurador, não foi dado um novo prazo. Por isso, muitos aposentados e pensionistas, a maioria idosos, pensaram que a suspensão anterior ainda estava em vigor. Por sua vez, o Igeprev alega que prorrogou o prazo de atualização cadastral por 90 dias, e que este só foi encerrado em 8 de março. Porém, Macieira argumenta que faltaram avisos mais efetivos aos inativos e pensionistas do Estado. Por isso, pediu providências à Promotoria do Idoso do MPPA para que faça uma recomendação urgente junto ao Igeprev por uma solução que atenda a esses aposentados que, desesperados, temem perder os benefícios em definitivo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EXTRAS

Sancionado reajuste para servidores

Foi sancionado ontem o reajuste salarial de 10,5% para os 150 mil servidores públicos ativos, inativos, e do magistério do Estado. O aumento salarial inclui também o reajuste para R\$ 1 mil do vale-alimentação. A assinatura ocorreu durante uma cerimônia realizada no Teatro Margarida Schivasappa, em Belém. Na ocasião, o governador Helder Barbalho assinou, também, reajuste dos servidores estaduais da Defensoria Pública e Ministério Público, com base no art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, e o novo auxílio-saúde para membros e servidores do MPPA. No mesmo ato que autorizou o aumento para os servidores estaduais, também foi sancionada a Lei que concede o reajuste de 33,24%, referente ao piso do Magistério. Esse reajuste será pago para 27.574 professores ativos, 15.877 inativos e 817 pensionistas. Em 2018, um professor iniciava sua carreira com a remuneração média de R\$ 5.900,00, e com o atual reajuste, esse valor será de R\$ 10.100,00. Para secretaria de Planejamento e Administração do Estado, Hana Ghassan, a medida foi possível devido ao equilíbrio fiscal alcançado pela atual gestão, além das contas públicas saneadas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

ACIDENTE

O acidente ocorrido no sábado, no prédio-sede do Ministério Público do Estado, envolvendo funcionário de uma empresa terceirizada da área de higienização que realizava um trabalho de dedetização no local, está sendo investigado pela Polícia Civil, a pedido do MPPA. As causas do acidente fatal continuam a ser apuradas pelas autoridades competentes. A princípio, sabe-se que a manutenção dos elevadores pelo fabricante estava em dia e os elevadores funcionavam normalmente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MAQUINADO INTEGRANTE DO 'CV' É PRESO COM FUZIL

Uma pistola e farta munição também foram apreendidas pela polícia em Castanhal na manhã de ontem

ARMADO ATÉ OS DENTES

Tiago Silva
DE CASTANHAL

No final da manhã de ontem, na cidade de Castanhal, região do nordeste paraense, um integrante de uma facção criminosa denominada Comando Vermelho (CV) foi preso e um fuzil foi apreendido. Uma pistola e farta munição também foram apreendidas pela Polícia Civil.

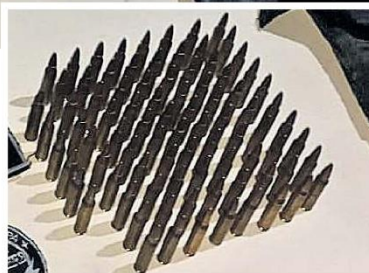
Policiais civis da 3ª Região Integrada de Segurança Pública (3ª RISP) e do Núcleo de Apoio à Investigação (NAI) de Castanhal realizaram diligências e conseguiram prender João Mayke dos Santos Ferreira, o qual se encontrava na condição de foragido da justiça desde o mês de novembro do ano passado. Contra João Mayke, considerado de alta periculosidade, existia em aberto um mandado de recaptura expedido pelo Poder Judiciário. Segundo a Polícia Civil, João Mayke é integrante do Comando Vermelho (CV), onde exerce função de destaque sendo considerado "Torre". Ainda de acordo com as investigações da Polícia Civil, o criminoso estaria utilizando documen-



Um homem que era foragido da Justiça foi recapturado e tinha uma AR 15 em seu poder. FOTOS: DIVULGAÇÃO

tos falsos. O criminoso estava morando numa casa alugada, localizada no bairro Lanetama, em Castanhal. No imóvel, foi encontrado um fuzil AR 15 com três carregadores e 86 munições calibre 556, além de uma pistola calibre Ponto 40 com um carregador e 11 munições intactas. Também foram encontrados 2 coletes balísticos, 1 coldre e roupas camufladas.

Todo o material foi apreendido e apresentado na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal, onde João Mayke dos Santos foi autuado em flagrante delito pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e falsidade ideológica. Após todos os procedimentos, o preso foi encaminhado ao sistema penitenciário e mais uma vez se encontra custodiado no regime fechado.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

APÓS MATAR MULHER FEMINICIDA É PRESO

Vítima foi morta ao levar uma facada no pescoço desferida pelo seu namorado, na noite de domingo, em Garrafão do Norte. A polícia conseguiu localizar e prender o suspeito horas depois do feminicídio.

VIOLÊNCIA

Tiago Silva
DE CASTANHAL

No município de Garrafão do Norte, região do nordeste paraense, um homem foi preso acusado de matar uma mulher com uma facada no pescoço. O crime aconteceu na noite de domingo (27), por volta das 19h30min.

Policiais militares estavam de serviço pelo município de Garrafão do Norte quando foram informados sobre um feminicídio ocorrido na rua Projetada, área do bairro Bela Vista. No local informado, a vítima foi identificada como Maria Margarida Almeida Maciel, de 41 anos, morta com uma facada no pescoço.

O acusado, que seria namorado da vítima, foi identificado como Francinaldo Araújo Marinheiro, também conhecido como "Bocão". Uma testemunha disse aos policiais militares que viu quando Francinaldo estava discutindo com Margarida e que pouco tempo depois soube que a mulher tinha sido assassinada.

A Polícia Militar conseguiu localizar e prender o acusado ainda em flagrante. Francinaldo Araújo Marinheiro, o "Bocão", foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Garrafão do Norte, onde foi autuado pelo crime de feminicídio.



Francinaldo teria discutido com a vítima antes de matá-la, segundo uma testemunha
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

NO MARAJÓ PRESOS POR TRÁFICO

Dois irmãos foram presos por tráfico de drogas após a Polícia Militar receber denúncia anônima dando conta de que na casa de ambos corria solta a venda de entorpecentes. Não deu outra. Foram flagrados



As drogas estavam com os irmãos e foram levados para a Delegacia de Muaná. FOTOS: DIVULGAÇÃO

TRÁFICO

JR Avelar

Dois irmãos foram presos em flagrante pelo crime de tráfico de drogas na cidade de Muaná, na ilha do Marajó, por uma equipe da 20ª Companhia Independente da Polícia Militar com o sargento Rodrigo, cabos Amaral, Ramos, Oliveira e soldado Leo Lucas sob o comando do major Kojak.

As informações do Boletim de Ocorrência dão conta que a guarda de serviço foi acionada via denúncia anônima pelo telefone interativo que estaria acontecendo uma venda de entorpecentes na passagem Nova VII, na casa de um suspeito conhecido como "Molequinho", que estava com alvará de soltura expedido pela



comarca de São Sebastião da Boa Vista, também no Marajó.

Os policiais se deslocaram até a residência denunciada onde foram constatados os fatos, encontrando Janilson Sidônio Teixeira, o "Molequinho", e Fernando Sidônio de Oliveira, o "Nando".

Foi encontrado no quarto de Janilson Sidônio dezoito papérolas de "maconha", um aparelho celular, um relógio de cor dourado, um cordão e uma quantia em dinheiro no valor de R\$ 78,00 em cédulas e moedas.

Os dois acabaram presos e durante o interrogatório foi definido que a posse da droga estava com os dois, sendo eles de imediato encaminhados para Delegacia de Polícia Civil de Muaná para o flagrante por tráfico de drogas.

O major Kojak informou que a operação na cidade continua bem como em Ponta de Pedras, jurisdição da 20ª CIPM, atendendo determinação dos comandantes do CPR XI do Marajó Oriental, coronel Josimar Leão e tenente coronel Vicente Neto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EXTREMA VIOLÊNCIA IRMÃ MATA IRMÃ A FACADAS

As irmãs teriam brigado e uma delas, de 19 anos, matou a outra que tinha 14 anos. Elas tinham relação conflituosa

MATOU E FUGIU

JR Avelar

Uma briga entre duas irmãs na cidade de Santana do Araguaia na região sul do Pará terminou com uma delas morta em crime ocorrido na madrugada deste domingo (27) dentro da casa onde as irmãs moravam tendo como motivação uma antiga desavença.

Segundo informações registradas no Boletim de Ocorrência na Polícia Civil, a jovem identificada como Carla Beatriz de Souza, de 19 anos, esfaqueou e matou a irmã, uma adolescente de apenas 14 anos.

A vítima chegou a ser socorrida e levada para o Hospital Municipal de Santana do Araguaia logo após o fato, no entanto morreu quando passava por cirurgia. O fato começou a vir à tona depois que a guarnição da Polícia Militar de serviço na cidade sob o comando do sargento Da Costa recebeu a informação que tinha dado entrada no hospital uma menina ferida gravemente.

Chegando ao local, a equipe de policiais recebeu a informação que a ví-

ma estava passando por cirurgia e que a autora do crime estaria na condição de foragida possivelmente tentando fugir da cidade.

No hospital, os militares conversaram com a mãe das duas irmãs e que fez um relato sobre a vida tumultuada das duas irmãs que seriam usuárias de drogas e viviam em constantes conflitos.

A mãe relatou que várias brigas já tinham acontecido inclusive com as irmãs se ferindo mutuamente até que na madrugada deste domingo (27) Carla Beatriz se armou com uma faca e feriu mortalmente a irmã adolescente.

Com base em informações colhidas junto a familiares logo após a ferida ser declarada morta, os agentes diligenciaram pelas proximidades da casa onde moraram as irmãs, na rua G. Miranda, no bairro I3 Casas, conseguindo localizar e prender Carla Beatriz.

Na hora da abordagem ela não resistiu à ordem entregando a faca utilizada para matar a irmã sendo encaminhada para a Delegacia de Polícia Civil de Santana do Araguaia, onde foi atuada em flagrante por fratricídio e está à disposição da Justiça.



Carla Beatriz é acusada de matar a própria irmã em Santana do Araguaia. REPRODUÇÃO: CANAL ARIONY MACEDO NEWS

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Quer casar de graça? Tribunal organiza casamento comunitário

O evento está sendo realizado pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. As inscrições devem ser feitas até o dia 2 abril. Saiba mais!

segunda-feira, 28/03/2022, 17:11 - Atualizado em 28/03/2022, 17:26

- Autor: **Com informações do TJPA**



O evento será realizado no dia 14 de maio, em uma chácara localizada no município de Santa Bárbara | Marcelo Seabra/Agência Pará

Legalizar a relação perante a lei e poder ter um momento especial na vida de casal é o sonho de muita gente. O casamento comunitário é ideal para quem não tem condições de pagar uma festa ou as despesas com cartório e se tornou fundamental na vida de muitos casais que pretendem oficializar a união matrimonial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Previsão é de temporal e alerta a quedas de árvores em Belém

A Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) tem investido no projeto social de Casamento Comunitário. Os casais interessados devem realizar a inscrição para participar do evento até o dia 2 de abril. As inscrições podem ser feitas de segunda à sexta-feira, das 8h às 14h, na Ouvidoria Agrária, localizada na avenida Conselheiro Furtado, 2949.

A cerimônia será realizada no dia 14 de maio, às 10h, na chácara “Pedacinho do Céu”, localizada na Rodovia Augusto Meira Filho, km 20, nº 172, em Santa Bárbara.

Helder sanciona lei de reajuste de 10,5% a servidores

O projeto da Ouvidoria Agrária surgiu com a necessidade de regularizar o estado civil dos casais que vivem em união estável ou não, propiciando a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos familiares e tem a parceria do Cartório de Registro Civil do 2º Ofício, Ministério Público do Pará, Imprensa Oficial do Estado, ParaPaz e Governo do Estado.

Para mais informações, entre em contato pelo WhatsApp (91) 98251-1858 e pelo e-mail ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Tribunal organiza casamento comunitário no Pará; confira as datas

A cerimônia será realizada no dia 14 de maio, às 10h, na chácara “Pedacinho do Céu”

28 MAR 2022 - 17H40 ATUALIZADO 28 MAR 2022 - 17H40



Crédito: Reprodução/Agência Pará

A Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) tem investido no projeto social de Casamento Comunitário. Os casais interessados devem realizar a inscrição para participar do evento até o dia 2 de abril. As inscrições podem ser feitas de segunda à sexta-feira, das 8h às 14h, na Ouvidoria Agrária, localizada na avenida Conselheiro Furtado, 2949.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A cerimônia será realizada no dia 14 de maio, às 10h, na chácara “Pedacinho do Céu”, localizada na Rodovia Augusto Meira Filho, km 20, nº 172, em Santa Bárbara.



O projeto da Ouvidoria Agrária surgiu com a necessidade de regularizar o estado civil dos casais que vivem em união estável ou não, propiciando a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos familiares e tem a parceria do Cartório de Registro Civil do 2º Ofício, Ministério Público do Pará, Imprensa Oficial do Estado, ParaPaz e Governo do Estado.

Para mais informações, entre em contato pelo WhatsApp (91) 98251-1858 e pelo e-mail ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Adolescente é assassinada com nove facadas pela irmã no Pará

28 MAR 2022 - 16H18 ATUALIZADO 28 MAR 2022 - 16H17



Crédito: Reprodução/Correio de Carajás

Uma adolescente de 14 anos foi assassinada pela própria irmã, no município de Santana do Araguaia, na região sul do Estado. Segundo informações, ela foi golpeada nove vezes. A acusada é Carla Beatriz de Souza Santana, de 19 anos, que foi presa. O crime ocorreu no último domingo, 27, durante uma discussão.

De acordo com informações, a adolescente morreu no Hospital Municipal São Francisco de Assis, em Santana do Araguaia, por complicações provocadas pelas diversas perfurações. Ela ainda foi operada, mas morreu horas após ser internada. De acordo com as informações fornecidas pela mãe das duas irmãs, ambas seriam usuárias de drogas e viviam em constantes conflitos, o que acabou culminando na tragédia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os policiais militares contaram que Carla Beatriz foi presa em casa e não ofereceu resistência à abordagem policial. Ela foi conduzida, juntamente com a arma aparentemente utilizada no crime, à Delegacia de Polícia Civil de Santana do Araguaia, onde foi autuada e está à disposição da Justiça.

Com informações do Debate de Carajás.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA quer saber como Prefeitura vai reparar dano arqueológico constatado na praça Rodrigues dos Santos, em Santarém

A promotoria ressaltou a necessidade de reparar os danos já causados no local pelo início das obras do camelódromo, que estão suspensas.

Por g1 Santarém e Região — PA

29/03/2022 10h38 Atualizado há 17 minutos



Reunião no MPPA em busca de acordo sobre obra do Camelódromo em Santarém — Foto: Amarildo Gonçalves/TV Tapajós

A promotora de Justiça Lílian Braga, da 13ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de [Santarém](#), no oeste do Pará, cobrou da Prefeitura de [Santarém](#) durante reunião na segunda-feira (28), na sede do MPPA, que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

responda tecnicamente como fará a reparação do dano arqueológico que já foi constatado na Praça Rodrigues dos Santos, onde escavações foram realizadas para construção de um shopping popular (camelódromo).

De acordo com a promotora, o plano de reparação deve ser apresentado inclusive com laudos que estão nos autos da Ação Civil Pública movida pela Promotoria contra o Município, em reunião agendada para o próximo dia 11 de abril. “Então há necessidade de fazer um salvamento daquilo que já foi danificado”, afirmou Lilian Braga.

A ACP foi suspensa por 30 dias pela justiça para oportunizar ao MPPA e demais envolvidos a composição de um acordo, por isso a promotora de Justiça Lilian Braga tem convocado reuniões, mas as partes ainda não chegaram a um acordo. Dentro do prazo, que vence no dia 23 de abril, o MPPA deve se manifestar. “Veremos ao final desses 30 dias se a gente consegue compor esse diálogo, ou se o processo segue para ser instruído normalmente”, disse a promotora.

Representando o Município na reunião, o secretário municipal de Infraestrutura, Daniel Simões, fez a apresentação do projeto que a prefeitura pretende executar na praça Rodrigues dos Santos. Foi questionado pela professora Camila Pereira, da Ufopa, sobre o licenciamento ambiental, que inclui o estudo arqueológico. Mas, de acordo com o secretário, houve licenciamento ambiental pela Semma antes da aprovação do projeto, concedida em janeiro de 2020, e não foi pedido estudo arqueológico.

Os representantes do IHGTap na reunião, professores Terezinha Amorim e Jackson Rêgo, reafirmaram a necessidade de proteger o patrimônio histórico do local, pela importância que a praça representa para a história, sendo ali considerado o berço de [Santarém](#) como cidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Entre os representantes dos camelôs, Bárbara da Costa destacou que a categoria reivindica um espaço adequado já há muitos anos e espera que o problema se resolva sem atritos.

Obras paradas



Obras na Praça Rodrigues dos Santos foram paralisadas em janeiro de 2022 — Foto: IHGTap/Divulgação

A liminar que suspendeu a obra foi expedida no dia 10 de janeiro deste ano, em resposta à ACP movida pela Promotoria de Justiça ingressar com ACP, após receber informações do IHGTap, da ameaça de destruição da praça Rodrigues dos Santos, que faz parte do contexto histórico, cultural e arqueológico de [Santarém](#). Na ocasião, a prefeitura retirou as árvores para iniciar a obra.

No local também foram encontradas diversas peças de cerâmica arqueológica. No projeto anunciado pela prefeitura, o “Camelódromo” será destinado aos ambulantes que possuem bancas na praça da Matriz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O projeto prevê a construção de 100 boxes em alvenaria, porta de rolo, telhado em cerâmica e forro em PVC, totalizando 521,75m², e está orçada em R\$1.069.626,12, provenientes do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Regional e contrapartida da prefeitura.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Tribunal de Justiça do Pará abre inscrições para casamento comunitário
Casais interessados podem se inscrever até o dia 2 de abril. Cerimônia deve ocorrer no dia 14 de maio, em chácara no município de Santa Bárbara, região metropolitana de Belém.

Por g1 PA — Belém

29/03/2022 10h43 Atualizado há 21 minutos



Iniciativa busca regularizar o estado civil dos casais que vivem em união estável ou não. — Foto: Bruno Cecim/Agência Pará

A Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) abriu inscrições para Casamento Comunitário que será realizado no mês de maio, em Santa Bárbara, região metropolitana de [Belém](#). Os interessados podem se inscrever até o dia 2 de abril.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O atendimento para inscrições é sempre das 8h às 14h, de segunda à sexta-feira, na Ouvidoria Agrária do TJ, que fica na avenida Conselheiro Furtado, nº. 2949.

A cerimônia será realizada no dia 14 de maio, na chácara "Pedacinho do Céu", que fica na rodovia Augusto Meira Filho, km 20, nº 172, em Santa Bárbara.

De acordo com o TJPa, o projeto surgiu a partir da necessidade de regularizar o estado civil dos casais que vivem em união estável ou não, para inclusão social e fortalecimento dos vínculos familiares. O projeto tem parceria com o Cartório de Registro Civil do 2º Ofício, Ministério Público do Pará, Imprensa Oficial do Estado, ParaPaz e Governo do Estado.

Os interessados podem solicitar mais informações pelo número (91) 98251-1858 (Whatsapp) e pelo e-mail ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Mais de 18 mil crianças são registradas sem nome do pai no Pará
Durante os dois anos de pandemia, cresceu o número de mães solo que cuidam de crianças sem ajuda paterna.

Por g1 Pará — Belém

28/03/2022 21h03 Atualizado há 3 horas



Mais de 18 mil homens não registraram os filhos nos últimos dois anos. — Foto: Divulgação/TJPA

Cerca de 18 mil recém-nascidos do Pará não possuem o nome do pai nas certidões de nascimento. Na capital paraense são, 3.075 crianças que são registradas somente pelas mães.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os dados inéditos foram levantados pelo Portal dos Cartórios de Registro Civil e mostram os nascimentos nos dois últimos anos, durante a pandemia de Covid-19.

São exatamente 18.254 bebês, no Pará, e 3.075, em [Belém](#), registrados como "Pais Ausentes" nos documentos de nascimentos.

A quantidade representa cerca de 8% de todos os recém-nascidos na capital paraense, e de 7% em todo o estado, nos anos de 2020 e 2021, segundo o levantamento.

Para realizar o reconhecimento de paternidade não é necessária uma decisão judicial, basta que os pais, em comum acordo, se dirijam à qualquer Cartório de Registro Civil. Os casos em que a iniciativa for paterna é ainda mais simples, o pai pode comparecer apenas com a cópia da certidão de nascimento do filho, desde que seja autorizado pela mãe ou pelo próprio filho, quando maior de 18 anos.

Àquelas mães que desejam ter o filho reconhecido, mas o suposto pai não deseja fazê-lo, podem fazer a indicação do suposto pai em qualquer cartório que a justiça se encarregará de iniciar o processo de investigação de paternidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA quer saber como Prefeitura vai reparar dano arqueológico constatado na praça Rodrigues dos Santos, em Santarém

A promotoria ressaltou a necessidade de reparar os danos já causados no local pelo início das obras do camelódromo, que estão suspensas.

Por g1 Santarém e Região — PA

29/03/2022 10h38 Atualizado há 27 minutos



Reunião no MPPA em busca de acordo sobre obra do Camelódromo em Santarém — Foto: Amarildo Gonçalves/TV Tapajós

A promotora de Justiça Lílian Braga, da 13ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de [Santarém](#), no oeste do Pará, cobrou da Prefeitura de [Santarém](#) durante reunião na segunda-feira (28), na sede do MPPA, que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

responda tecnicamente como fará a reparação do dano arqueológico que já foi constatado na Praça Rodrigues dos Santos, onde escavações foram realizadas para construção de um shopping popular (camelódromo).

•
De acordo com a promotora, o plano de reparação deve ser apresentado inclusive com laudos que estão nos autos da Ação Civil Pública movida pela Promotoria contra o Município, em reunião agendada para o próximo dia 11 de abril. “Então há necessidade de fazer um salvamento daquilo que já foi danificado”, afirmou Lilian Braga.

A ACP foi suspensa por 30 dias pela justiça para oportunizar ao MPPA e demais envolvidos a composição de um acordo, por isso a promotora de Justiça Lilian Braga tem convocado reuniões, mas as partes ainda não chegaram a um acordo. Dentro do prazo, que vence no dia 23 de abril, o MPPA deve se manifestar. “Veremos ao final desses 30 dias se a gente consegue compor esse diálogo, ou se o processo segue para ser instruído normalmente”, disse a promotora.

Representando o Município na reunião, o secretário municipal de Infraestrutura, Daniel Simões, fez a apresentação do projeto que a prefeitura pretende executar na praça Rodrigues dos Santos. Foi questionado pela professora Camila Pereira, da Ufopa, sobre o licenciamento ambiental, que inclui o estudo arqueológico. Mas, de acordo com o secretário, houve licenciamento ambiental pela Semma antes da aprovação do projeto, concedida em janeiro de 2020, e não foi pedido estudo arqueológico.

Os representantes do IHGTap na reunião, professores Terezinha Amorim e Jackson Rêgo, reafirmaram a necessidade de proteger o patrimônio histórico do local, pela importância que a praça representa para a história, sendo ali considerado o berço de [Santarém](#) como cidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Entre os representantes dos camelôs, Bárbara da Costa destacou que a categoria reivindica um espaço adequado já há muitos anos e espera que o problema se resolva sem atritos.

Obras paradas



Obras na Praça Rodrigues dos Santos foram paralisadas em janeiro de 2022 — Foto: IHGTap/Divulgação

A liminar que suspendeu a obra foi expedida no dia 10 de janeiro deste ano, em resposta à ACP movida pela Promotoria de Justiça ingressar com ACP, após receber informações do IHGTap, da ameaça de destruição da praça Rodrigues dos Santos, que faz parte do contexto histórico, cultural e arqueológico de [Santarém](#). Na ocasião, a prefeitura retirou as árvores para iniciar a obra.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No local também foram encontradas diversas peças de cerâmica arqueológica. No projeto anunciado pela prefeitura, o “Camelódromo” será destinado aos ambulantes que possuem bancas na praça da Matriz.

O projeto prevê a construção de 100 boxes em alvenaria, porta de rolo, telhado em cerâmica e forro em PVC, totalizando 521,75m², e está orçada em R\$1.069.626,12, provenientes do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Regional e contrapartida da prefeitura.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação 'Sob pressão': homem é preso em Rurópolis por posse ilegal de arma e violência doméstica

Luiz Paulo Ribeiro de 57 anos, é natural do Estado do Piauí e responde por dois homicídios em Santarém.

Por g1 Santarém e região — PA

29/03/2022 09h50 Atualizado há uma hora



Na casa de Luiz Paulo Ribeiro foram encontradas munições e uma espingarda — Foto: PC Rurópolis/Divulgação

Um homem foi preso na Operação "Sob Pressão" por posse ilegal de arma de fogo, no município de [Rurópolis](#), sudoeste do Pará, na manhã de segunda-feira (28). De acordo com informações da polícia, ele estaria ameaçando sua ex-companheira, que o denunciou.

Após o registro do boletim de ocorrência, a investigação iniciou, e foi incluída na operação 'Sob Pressão' comandada pela Polícia Civil de [Rurópolis](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Luiz Paulo Ribeiro de 57 anos, é natural do Estado do Piauí e foi preso por posse irregular de arma de fogo, munições e violência doméstica.

De acordo com o delegado de Polícia Civil, Ariosnaldo da Silva Vital Filho, a ex-mulher do suspeito estava sendo perseguida e ameaçada. Ele exigia dinheiro da vítima para que pudesse fugir para a cidade natal.

O suspeito nega as acusações, mas ele confirmou que responde por dois homicídios em [Santarém](#). Luiz Paulo Ribeiro foi conduzido à delegacia para realização dos procedimentos cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Perfuga: Justiça remarca interrogatório de Reginaldo Campos e manda intimar advogados de réus delatados

Apesar dos processos terem sido separados, juiz da 2ª Vara Criminal considera indispensável a intimação dos advogados dos outros réus.

Por Sílvia Vieira, g1 Santarém e Região — PA

28/03/2022 12h15 Atualizado há 21 horas



Ex-vereador Reginaldo Campos no prédio da Câmara Municipal de Santarém — Foto: Reprodução/TV Tapajós

O interrogatório do ex-vereador Reginaldo Campos, que estava marcado para esta segunda-feira (28) só deve ocorrer em 18 de abril deste ano. O réu é acusado de comandar esquema de corrupção na Câmara de Vereadores de [Santarém](#), oeste do Pará, nos anos de 2015 e 2016, quando foi presidente da Casa.

A decisão de remarcar a audiência foi do juiz titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de [Santarém](#), Rômulo Nogueira de Brito, porque os advogados dos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

corréus do processo principal, que foram delatados por Reginaldo Campos, em delação premiada, não foram intimados para o interrogatório.

“Ainda que tenha sido os processos separados, entendo que no caso específico de delação premiada, a intimação a todos os advogados dos réus delatados é indispensável, não se limitando à necessidade de intimação do defensor técnico do interrogando. Assim, determino que sejam intimados os advogados dos réus dos processos oriundos do processo principal”, destacou Rômulo Brito em sua decisão.

Durante a audiência, o representante do Ministério Público e a defesa de Reginaldo Campos fizeram os seguintes pedidos:

- **Ministério Público:** pediu a transferências dos valores depositados em juízo na conta vinculada ao processo em benefício da conta da Prefeitura de [Santarém](#).
-
- **Defesa:** pediu que seja reconhecido pela justiça o cumprimento da pena privativa de liberdade determinada em acordo de delação premiada (fato que se observou no dia 07/02/2022), revogando-se a prisão domiciliar que ainda vigora, reconhecendo o momento processual de continuidade de cumprimento de pena em regime aberto, ainda em conformidade com o acordo celebrado com o MP.

Em relação ao pedido do MP, o juiz determinou que seja confirmado o valor que consta em depósito, para que ele possa decidir.

Já em relação ao pedido da Defesa, Rômulo de Brito determinou que seja certificado o tempo de cumprimento e a natureza do cumprimento do acordo de colaboração premiada homologada pela justiça, para que ele decida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Perfuga

No dia 7 de agosto de 2017, Polícia Civil e Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) por meio do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado) deflagraram em Santarém, oeste do Pará, a operação denominada “Perfuga”, que investiga crimes de corrupção, peculato e associação criminosa na Câmara de Vereadores.

Em um ano, 54 pessoas foram denunciadas. O maior volume de denúncias foi na primeira fase da Perfuga, com 28 pessoas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br